

Missão brasileira viaja a Washington para retomar as discussões com o FMI

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

Uma missão de técnicos brasileiros estará viajando a Washington, na primeira semana de setembro, para retomar as discussões com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A informação foi dada pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, aos empresários que ontem participaram da reunião da Comissão Empresarial de Competitividade (CEC), sem no entanto definir a data da viagem.

Com a ida da missão brasileira, que deve fazer uma apresentação ao FMI das medidas ontem colocadas na mesa para um ajuste fiscal definitivo com estados e municípios, ficou adiada a chegada dos técnicos daquele organismo ao Brasil, que estava inicialmente prevista para o dia 26 deste mês. A expectativa agora é de que a missão negociadora do FMI, sob o comando do diretor do Hemisfério Ocidental, Sterie Beza, viaje para o Brasil só depois de concluídas as conversas dos técnicos brasileiros em Washington.

MAIS TEMPO

O cancelamento da viagem da missão do FMI foi providencial, politicamente. O governo brasileiro fica agora com mais tempo para amarrar a negociação do saneamento financeiro dos estados e o "emendão" de constituição com os governadores, antes de formalizar um reinício de negociações com o FMI do tipo "stand by".

Da reação dos governadores ao projeto ontem apresentado pelo Ministério da Economia — foi confirmada a reunião dos 27 governadores de estado com o presidente Fernando Collor, no dia 26, segunda-feira — vão depender as chances do País em fechar um acordo com o FMI ainda este ano. Embora as medidas previstas no pacote do "emendão", se acatadas pela classe política, tenham validade na melhor das hipóteses só a partir do ano que vem, a perspectiva de uma negociação interna com os estados e municípios já permitiria ao governo sinalizar na direção pelo menos do equilíbrio fiscal para 1992.

EQUILÍBRIO

O equilíbrio das contas públicas pelo conceito ope-



Marcílio Marques Moreira

racional (descontadas as correções cambial e monetária) no ano que vem é, na avaliação de um conceituado técnico governamental, o que se deve esperar com a aprovação do "emendão". As contas feitas para este jornal são simples: a dívida pública equivale hoje à metade do PIB e supondo que seja financiada por uma taxa de 10% ao ano (extremamente baixa) em termos reais, a necessidade de financiamento pelo conceito operacional já seria de 5% do PIB em condições absolutamente normais. A menos que o setor público gerasse um crescimento de receita daquele teor, a única alternativa é garantir meios no curto prazo para pelo menos cobrir aquele dispêndio com encargos financeiros, que está sendo estimado de maneira muito moderada.

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, estará viajando para Tóquio no dia 1º de setembro — cumpre na capital japonesa uma programação marcada para os dias 3, 4 e 5 de setembro — e, conforme colocou, vai "em busca de tecnologia e de recursos". Ele parte com a expectativa de fechar com o Overseas Economic Cooperation Fund (OECE) contratos de financiamento para quatro projetos já aprovados por aquela agência japonesa, no valor global estimado em torno de US\$ 450 milhões. A missão encabeçada pelo presidente do Banco Central, Francisco Roberto André Gros, ao Japão, há cerca de um mês, procurou deixar o caminho aberto para a assinatura dos contratos durante a viagem do ministro Marcílio Moreira.